



## Inovar para evitar a desindustrialização

**Síntese:** *A dinâmica recente da economia está ajudando a minar a indústria brasileira. Além de ajustes na política macroeconômica, que incluem juros menores e câmbio menos valorizado, a saída para o problema passa pelo investimento em inovação, no que o país tem sido pouco eficiente. Embora o valor aplicado em ciência e tecnologia tenha mais que dobrado nos últimos oito anos, em proporção do PIB os dispêndios pouco se alteraram e chegam agora a 1,43%. É preciso atrair mais empresas para a geração de novas tecnologias, articular as políticas públicas de inovação, comércio exterior e desenvolvimento industrial.*

A dinâmica recente da economia brasileira está ajudando a minar a indústria nacional. Com o real ainda muito valorizado, a importação de bens industriais acelerou-se, com reflexo direto sobre a produção local, a geração de renda e de emprego no setor. Além de ajustes na política macroeconômica, que incluem juros menores e câmbio menos valorizado, a saída para o problema passa pelo investimento em inovação, no que o Brasil tem sido pouco eficiente.

Indicador mais claro desse desempenho insatisfatório é o gasto em ciência e tecnologia no país. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, foram aplicados R\$ 43 bilhões em 2008. Embora o valor tenha mais que dobrado nos últimos oito anos, em proporção do PIB os dispêndios pouco se alteraram: passaram de 1,3% para 1,43% no período. A média de investimentos nas nações que concorrem diretamente com o Brasil está acima de 2% – patamar que o governo federal estipulou como meta a ser atingida somente em 2020.

Num ranking global de inovação elaborado pela Comunidade Europeia fica mais clara a defasagem brasileira. Entre 47 nações analisadas, o país figura apenas na 41ª colocação. Uma de nossas maiores fragilidades é a tímida participação do capital privado nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D): apenas 46% do que se aplica vem das empresas, enquanto a média mundial gira em torno de 70%.

### Metas distantes

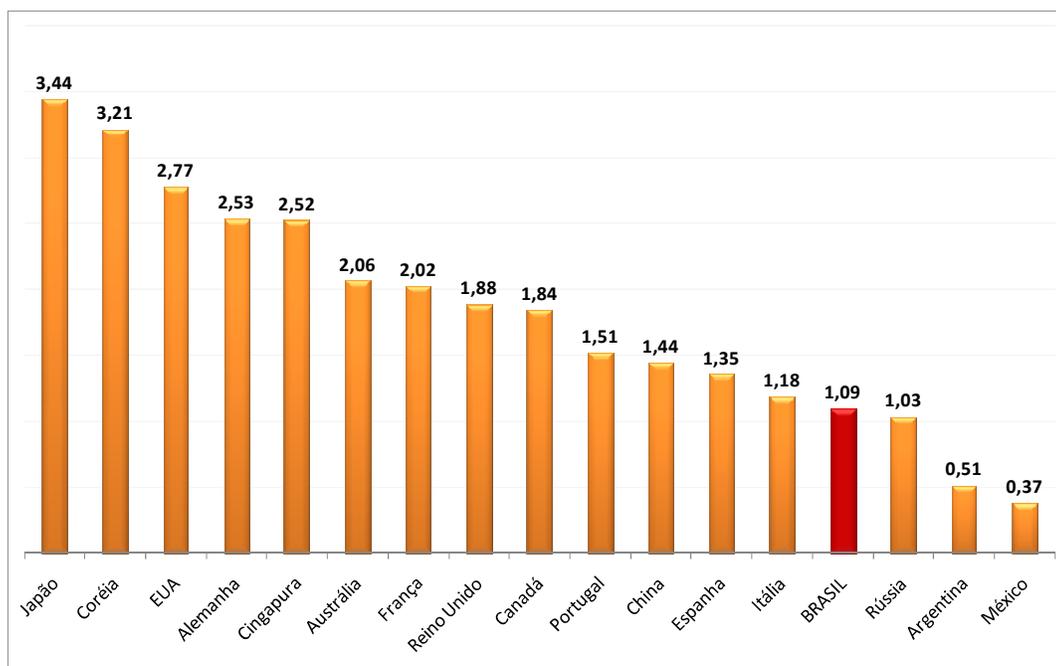
O governo Lula tentou melhorar este quadro, mas pouco conseguiu. Em 2008 criou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com metas para aumentar a competitividade da indústria, por meio da articulação entre órgãos de governo e empresas. Nela, foram aplicados R\$ 1,7 bilhão, mas três de seus quatro objetivos falharam: a participação privada nos investimentos em P&D não alcançou 0,65% do PIB, como pretendido; a formação bruta de capital fixo não saiu da casa dos 18% do PIB, quando se almejava elevá-la a 21%; e o número de micro e pequenas empresas exportadoras, que se buscava ampliar em 10%, caiu no ano passado.

A PDP mira objetivos corretos, mas falha na estratégia. Metas de âmbito geral, como as traçadas dentro da política lançada em 2008, são mais difíceis de ser atingidas. Mais apropriado é definir planos setoriais de inovação para servir de

roteiro para os setores público e privado – algo que o BNDES informa estar preparando agora. Nota-se que hoje as empresas estão ávidas por inovar, num ímpeto comparável ao que duas décadas atrás desaguou na disseminação de programas de qualidade pela iniciativa privada. Cabe ao governo impulsionar.

É uma questão de sobrevivência. Concorrentes diretos dos fabricantes nacionais, como a China, estão pisando fundo nos incentivos a pesquisa e desenvolvimento. Um exemplo é dado pelo número de patentes requeridas. Enquanto o Brasil solicitou 499 registros junto ao Escritório de Patentes e Marcas Registradas dos EUA em 2008, os chineses protocolaram dez vezes mais pedidos.

### Gastos em pesquisa e desenvolvimento (em % do PIB)



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

### Importando como nunca

Inovar é fundamental para que a indústria nacional não sucumba à avalanche de produtos importados. Segundo a Organização Mundial do Comércio, entre as 70 principais economias, o Brasil foi onde as importações mais cresceram neste ano: 44% até outubro em comparação com os dez primeiros meses de 2009. O saldo comercial atual já é o menor dos últimos oito anos e tende a cair pela metade no ano que vem.

As importações estão em nível recorde e equivalem hoje ao triplo do valor verificado no início da década. Muito disso são máquinas – o que é positivo, porque permite modernizar o parque produtivo local. Mas também já se importa grandes quantidades de produtos acabados, concorrendo para minar a fabricação nacional, como se nota com automóveis: veículos estrangeiros triplicaram sua fatia no mercado brasileiro desde 2005.

Com a crise ainda presente nas nações mais ricas, o quadro geral da economia global é de baixa demanda. Mercados mais suscetíveis a comprar acabam virando alvo dos players mundiais. O câmbio altamente valorizado do Brasil, aliado ao vigor de seu mercado de consumo, torna o país uma das presas mais

desejadas pelos exportadores. Resultado: importa-se como nunca, ao mesmo tempo em que as nossas exportações vão se concentrando cada vez mais em produtos básicos. Bens manufaturados, que respondiam por quase 60% dos embarques brasileiros no início da década, hoje representam apenas 39%.

### **Déficit tecnológico**

A situação é particularmente dramática entre os produtos mais sofisticados. Levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi) mostra que o segmento industrial de alta tecnologia, que congrega setores como eletroeletrônicos, computadores e aviões, registrou déficit comercial de US\$ 19,9 bilhões nos primeiros nove meses do ano. É a pior marca desde 1989.

Até mesmo segmentos que tradicionalmente eram superavitários entraram no vermelho. De janeiro a setembro, o país importou US\$ 6,3 bilhões a mais do que exportou em bens industriais de média-baixa tecnologia. Quatro anos atrás a situação era oposta, com saldo positivo de US\$ 8 bilhões. É, porém, no segmento de média-alta tecnologia que a situação é mais explosiva, com rombo de US\$ 28 bilhões no fluxo de comércio neste ano.

Fatores macroeconômicos atrapalham o desempenho da indústria brasileira, forçada a competir com concorrentes que dispõem de taxas de juros mais baixas, câmbio mais favorável e uma carga de impostos bem menor. A deficiência logística local também cobra seu custo. A despeito da necessidade de o país caminhar para um ambiente econômico menos exótico do que o atual, é imprescindível acelerar os incentivos à inovação, como forma de revigorar a indústria local e evitar uma piora no setor externo.

O arcabouço legal que norteia os programas de ciência, tecnologia e inovação no país começou a surgir em 1999, ainda no governo Fernando Henrique – algo que até a gestão atual reconhece. Data daquela época a criação dos fundos setoriais, que neste ano contam com dotação de R\$ 3,1 bilhões, dos quais menos da metade pagos até agora. Um setor que mexe com saberes dinâmicos e de ponta necessita de constante atualização, mas os marcos legais atuais já possibilitam executar políticas melhor afinadas com a modernização do país.

Um dos objetivos que precisam ser radicalizados é atrair mais empresas para a geração de novas tecnologias, ampliando o investimento privado em P&D. Articular as políticas públicas de inovação, comércio exterior e desenvolvimento industrial também se faz necessário. Os sinais de alerta de que o perfil da economia brasileira caminha perigosamente para concentrar-se em produtos de menor conteúdo tecnológico – e, portanto, geradores de empregos de menor qualidade e pior remunerados – já soaram. Se não houver ação rápida, só restará ao país exportar cérebros, ao invés de seus modernos aviões e automóveis.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação do Instituto Teotônio Vilela.

---

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – [www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . [itv@itv.org.br](mailto:itv@itv.org.br)